

Sobre as origens do português brasileiro – retrospectiva de um garimpo

*Anthony Julius Naro*¹ e *Maria Marta Pereira Scherre*²
Universidade Federal do Rio de Janeiro¹ / Universidade de Brasília²

O português brasileiro apresenta traços estruturais que parecem aproximá-lo das línguas crioulas de base lexical portuguesa e dos outros sistemas pidgins/crioulos de maneira geral (Coelho, 1967; Guy, 1989; Holm, 1992; Baxter & Lucchesi, 1997). A concordância variável de número na terceira pessoa, exemplificada a seguir, é um dos fenômenos mais citados a este respeito.

(1) CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEL:

eles ganham demais da conta
eles ganha demais

(2) CONCORDÂNCIA NOMINAL VARIÁVEL:

os freguesES; as boas açôES
as codorna; as porta aberta
essas estradas nova; do meus país

(3) CONCORDÂNCIA PEDICATIVA VARIÁVEL:

as coisaS tão muito carAS
as coisa tá carA

De forma mais restrita, pode-se encontrar o mesmo tipo de variação em outras pessoas gramaticais, bem como na concordância de gênero:

(4) CONCORDÂNCIA VERBAL VARIÁVEL NA PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR:

eu não SEI
eu não SABE

(5) CONCORDÂNCIA VARIÁVEL DE GÊNERO:

as coisas estão muito carAS
as coisa está muito carO

O debate gira em torno de dois pontos relacionados: primeiro, se a origem de estruturas deste tipo, presentes no português brasileiro, se deve a um estágio não documentado de crioulização, resultado do contato maciço com línguas africanas ou com outras línguas tipologicamente diferentes do português, sendo as variações verificadas no Brasil portanto totalmente impossíveis em Portugal; segundo, se o

processo diacrônico que operou no Brasil se deve basicamente à expansão de estruturas já presentes no português europeu que veio para o Brasil no período colonial.

No que diz respeito à concordância, em Naro & Scherre (1993: 441-444), fizemos um retrospecto das evidências históricas das origens européias da perda de concordância explícita em português, traçando a linha de mudança da época pré-latina até o português pré-clássico. Apresentamos evidência sólida de que a perda do *-s* final e da nasalização final pode ser encontrada em estágios do latim e de línguas mais antigas a partir dos quais o português foi derivado, bem como no próprio português europeu moderno. Mostramos que, atualmente, o fenômeno de concordância variável no Brasil tem tanto um componente fonológico como morfológico e apresentamos evidência de que o componente morfológico é posterior ao componente fonológico e dele derivado. Portanto, as bases fonológicas prévias para a variação morfofonológica verificada no português do Brasil encontram-se profundamente enraizadas na evolução histórica da língua portuguesa.

No Brasil, o uso mais freqüente de formas singulares em contextos plurais ocorre quando esta oposição é realizada por uma diferença menos perceptível na oposição singular/plural. Assim, é mais fácil se ouvir *eles COME banana com mel* do que *eles COMEU banana com mel* porque a diferença fônica entre *comem* e *come* é bem menor do que entre *comeram* e *comeu*. Esta observação básica levou ao estabelecimento de uma análise detalhada da hierarquia da saliência, contendo seis graus, ou níveis, de oposição fônica entre as formas singular e plural do verbo. Os níveis propostos são:

- (6) Nível 1: *come/comem* ou *escreve/escrevem*;
- (7) Nível 2: *presta/prestam* ou *era/eram*;
- (8) Nível 3: *diz/dizem* ou *quer/querem*;
- (9) Nível 4: *dá/dá* ou *vai/vão*;
- (10) Nível 5: *foi/foram*;
- (11) Nível 6: *envenenou/envenenaram*; *fez/fizeram*; *veio/vieram*; *é/são*.

Nos três níveis mais baixos da hierarquia, a oposição entre as formas singular e plural se localiza em sílabas átonas, desprovidas de acento tônico e portanto pouco perceptíveis, enquanto nos três níveis mais altos esta oposição se realiza em sílaba tônica, de percepção mais forte. Dentro de cada grupo de três níveis o material fônico que superficializa a oposição vai aumentando, até atingir a diferenciação total no Nível 6.

A versão detalhada da hierarquia da saliência tem se mostrado pertinente na fala de falantes escolarizados e analfabetos no Rio de Janeiro, bem como em muitas outras localidades brasileiras. Nosso garimpo gramatical em terras lusitanas tem nos propiciado exemplos de variação na concordância em todos seus níveis de saliência. Apresentamos exemplos simplificados a seguir:

- (12) Nível 1: *eles come* (Peixoto, 1968: 136)
os dois mais bêlhos iscrebe. (Silva Pereira, 1951: 160)

- (13) Nível 2: *as quenguerelas só presta para pescar* (Alves, 1993: 190)
mê abo e minha abó era de Barrancu (Joaquim Delgado, 1983: 426)
- (14) Nível 3: *eles diz ou eles quer* (Peixoto, 1968: 136)
- (15) Nível 4: *duas canas dá oito mestras* (Cruz, 1991: 159)
o pai e a mãe nunca bai p'r ó rio (Silva Pereira, 1951: 161)
- (16) Nível 5: *uh mê Z irmõ i a minha tia foi a Moira* (Joaquim Delgado, 1983: 426)
- (17) Nível 6: *e c'mós anões envenênou o comeri* (Ratinho, 1959: 240)
as borricêras que viero onte é que fez isto (Marques, 1968: 61)
D'pôs veiu o rei e a rainha (Saramaga Delgado, 1970: 224)
os nossos agasalhos é estes (Mira, 1954: 149)

Os exemplos acima provam de forma inquestionável que existe variação na concordância entre o sujeito e verbo no português europeu não-padrão falado, rural e urbano, de norte a sul e de oeste a leste, ou seja, em todo o território português.

Estruturas contendo o mesmo tipo de variação na primeira pessoa do singular, bem como na concordância de gênero, de distribuição social e geográfica muito mais restrita no Brasil, também encontram-se documentadas em Portugal, com mostram os seguintes exemplos:

- (18) *eu onte foi à Malhada; eu na quinta-feira apanhou 2 kilos de pólvos* (Alves, 1993: 190)
ê (eu) também já nã me lembra (Cruz, 1991:170); *ê agora na me recorda* (Marques, 1968: 57)
eu foi; eu pôs; eu pôde; eu fêz; eu teve (Mira, 1954:114; Peixoto, 1968: 133)
eu estêbe/ele istibe; eu foi/ele fui; eu fez/ele fiz (Silva Pereira, 1951: 153; Moura, 1960:147; Peixoto, 1968: 133-136)
- (19) *só tem as raízes enterrado na carne* (Mira, 1954: 150)¹
a cedrêra é munto bom p'ra chás (Ratinho, 1959: 240)

A variação na concordância de número no sintagma nominal, ampla no Brasil, é também registrada no português europeu. Embora escassos, os exemplos em (20) até parecem “tipicamente brasileiros”.

- (20) *coma dos meus bolinhos, que foi fritinho só im azeite* (Silva Pereira, 1951: 161)
tenho cinqüenta é um ano (Alves, 1993: 191)
Nosse Senhori os faça feliz (Ratinho, 1959: 241)

¹ Ao abordar o tema *artigos* no falar de Odeleite, Cruz (1991:151) usa o exemplo “parece(-se) com o *mê irmã* que tá n' Angola”. Inicialmente, interpretamos esse dado como falta de concordância de gênero, considerando que, segundo a autora, “em posição final, o *a* tônico nasal pode estar representado pelo ditongo (ãu)” (Cruz, 1991:20; cf., também, Coelho, 1967:117). Mas, segundo Baptista (1967:91), no falar de Escusa, “em virtude da redução do ditongo tônico –ãu a –ã (...), a forma *irmã* é única para o masculino e para o feminino. Apenas o artigo indica o gênero.” Trata-se de fatos importantes que serão explorados no futuro.

Para épocas anteriores temos apenas documentos escritos que, na grande maioria dos casos, representam a língua padrão codificada, e não a fala real do povo português. Entretanto, textos de estágios antigos do português, particularmente aqueles do período anterior ao estabelecimento das normas gramaticais durante o estágio clássico do século dezesseis, também apresentam ocasionalmente falta de concordância (Mattos e Silva, 1991), permitindo-nos surpreender vestígios da língua falada da época. Em um estudo de oito textos pré-clássicos (*Boosco Deleytoso*, 1515; Alvarez, 1540; Cintra, 1954; Ferreira, 1980; Lopes, 1968; Magne, 1955; Mattos e Silva, 1971; Mira Mateus, 1970), encontramos mais de 200 ocorrências de formas verbais de terceira pessoa singular em ambientes em que a norma exigiria obrigatoriamente formas plurais de terceira pessoa.

Em (21) abaixo, apresentamos quatro exemplos extraídos de textos portugueses antigos. Os dois primeiros são de tipos que são relativamente freqüentes em nossas fontes diacrônicas; os dois últimos são mais raros:

- (21) *mas dava* (3ª sg.) *lhe gram torva as portas çarradas* (Mira Mateus, 1970: 244, cxxxix)
a todos aqueles que se fazem (3ª pl.) *afora da carreira do pecado e torna* (3ª sg.) *a direita carreira* (Magne, 1955:xxi, 160, 223)
entom os parentes ouve (3ª sg.) *conselho e confessaron* (3ª pl.) (Mattos e Silva, 1971: 35)
aqueles que, da gente d'Alexandria, reinou (3ª sg.) *no Egipto* (Mira Mateus, 1970: 554)

Com a finalidade de efetuar uma comparação rigorosa entre a variação nos textos medievais e no português brasileiro, codificamos os dados medievais utilizando o mesmo esquema usado para o português do Brasil. Devido ao número reduzido de dados de que dispomos para a fase medieval, consideramos apenas a dimensão mais básica da saliência fônica – o acento da desinência – para reduzi-la a dois níveis apenas (Naro, 1981: 74): “o primeiro nível contém pares em que os segmentos fonéticos que realizam a oposição são não acentuados em ambos os membros” (oposição menos saliente: *come/comem*; *ganha/ganham*; *falava/falavam*; *faz/fazem*); “o segundo nível contém pares em que estes segmentos são acentuados em pelo menos um dos membros da oposição” (oposição mais saliente: *dá/dão*; *comeu/comeram*; *ganhou/ganharam*; *é/são*; *disse/disseram*).

A tabela 1 apresenta nossos resultados para os textos portugueses antigos. Nesta tabela, a coluna com o rótulo N indica o número de ocorrências de formas sem concordância que encontramos para cada um dos fatores das variáveis independentes analisadas, no caso específico, para os fatores da saliência da oposição singular/plural; a coluna de ‘peso relativo’ indica os pesos relativos calculados e escolhidos como estatisticamente significativos pelo programa computacional Varbrul/Goldvarb.

categoria	N	peso relativo
- saliente	204	0,33
+ saliente	31	0,75

Tabela 1 – Taxa de concordância verbo/sujeito em função da saliência da oposição singular/plural em oito textos portugueses medievais

Para efeito de comparação, apresentamos na Tabela 2 resultados correspondentes para a fala atual de falantes analfabetos e alfabetizados do Rio de Janeiro.

categoria	falantes analfabetos		falantes alfabetizados	
	freqüência	peso relativo	freqüência	peso relativo
- saliente	972/3568=27,2%	0,22	1549/2496=62,1%	0,31
+ saliente	2030/2742=74,0%	0,78	1820/2136=85,2%	0,72

Tabela 2 – Taxa de concordância verbo/sujeito em função da saliência da oposição singular/plural para falantes analfabetos (Naro, 1981) e alfabetizados (Naro & Scherre, 1996)

Os resultados nas Tabelas 1 e 2 demonstram que, em textos portugueses antigos, a marca de plural era menos freqüentemente usada com formas verbais menos salientes, exatamente como no português moderno do Brasil. Embora as freqüências possam variar amplamente nos três casos, os pesos relativos são muito semelhantes e mostram que os fatores que controlavam a variação no português medieval são os mesmos que controlam a variação no Brasil moderno de hoje.

A seguir listamos vários outros traços morfossintáticos tipicamente brasileiros, citados na literatura como sendo de origem crioula, juntamente com seus congêneres portugueses.

- (22) FORMAS NOMINATIVAS COMO OBJETOS (Brasil: *eu vendi ELAS*)
bendi eles há munto ano (Alves, 1993: 180)
- (23) FORMAS OBLIQUAS COMO SUJEITO (Brasil: *não dá pra MIM fazer*)
dá pra mim guardari (Cruz, 1991: 153)
- (24) O PRONOME REFLEXIVO *SE* DA TERCEIRA PESSOA COM REFERÊNCIA A OUTRAS PESSOAS (Brasil: *vou-SE embora e não se entendemos*)
vou s'imbora, na s'intendimos (Marques, 1968: 56)
- (25) CONTEXTOS EXPANDIDOS DA PREPOSIÇÃO *EM* (Brasil: *vou NA praia*)
se lá fosse in (a) casa (Marques, 1968: 60)
- (26) AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÕES (Brasil: *vou todos os lugares; eram umas coisas que a gente gostava; no mesmo burro que vim torno a voltar*)

- o Senhor Prior vem (a) todos os interros* (Marques, 1968: 60)
Erim uns cachopes ca gente gostava muito (Baptista, 1967: 162)
no mesmo burre que vim torn' a voltar (Baptista, 1967: 162)
- (27) TER COMO EXISTENCIAL (Brasil: *TEM muitos rapazes*)
aqui no nosso sítio tem muntos rapazes (Marques, 1968: 58)
- (28) ALTERNÂNCIA ENTRE LÍQUIDAS (Brasil: *Lato por rato, esclavo por escravo, surtão por sultão*)
pelingrino por peregrino (Peixoto, 1968: 104), *sacláirio por sacrário* (Ratinho, 1959: 170), *purmõis por pulmões* (Alves, 1965: 168)
- (29) INSERÇÃO DE VOGAIS EM CODA SILÁBICA OU EM ENCONTROS CONSONANTAIS (Brasil: *melt, kilAro*).
geloria por glória (Peixoto, 1968: 106), *muleri por mulher* (Ratinho, 1959: 172).

En suma, através de nosso garimpo em obras de dialetologia portuguesa europeia, mostramos que virtualmente todas as estruturas tipicamente brasileiras de fato ocorrem em variedades portuguesas europeias não-padrão. A distribuição social em Portugal parece ser mais restrita que no Brasil, assim como a penetração na fala de pessoas cultas, mas as estruturas em si nada têm de estranhas à fala não-padrão portuguesa. Valendo-nos do princípio uniformitarista, podemos inferir que tais variações também existiam no português da época da sua transferência para o Brasil. Fortalecemos esta conclusão através da demonstração de que a variação na concordância sujeito/verbo pode ser surpreendida em documentos portugueses do período anterior à codificação gramatical de meados do século 16. Nosso estudo quantitativo evidencia que a variação deste tipo no português arcaico era regida pelas mesmas restrições quantitativas abstratas que valem hoje em dia no Brasil.² Além do mais, as bases fonológicas para o nivelamento das desinências singular e plural, o apagamento variável da nasalização final em formas como *bebem*, levando a sua substituição por *bebe*, vêm pelo menos desde o latim. As obras da dialetologia portuguesa também registram este fenômeno com regularidade.

Quanto à possibilidade de uma fase de crioulização da língua portuguesa no Brasil, é importante acrescentar que o Brasil já possuía línguas veiculares, as *línguas gerais* de base indígena, que preenchem de forma plenamente satisfatória as necessidades comunicativas que, em outras circunstâncias, poderiam ter levado à crioulização com base no léxico português. O uso da Língua Geral é largamente atestado na documentação histórica relativa ao Brasil, que, nos termos de Rodrigues (1996: 10), sequer menciona qualquer versão simplificada do português em uso para fins de comunicação.³ Além disso, a variação no Brasil apresenta uma uniformidade

² A posição do sujeito em relação a verbo é outra variável importante, não apresentada aqui por uma questão de espaço (cf. Naro & Scherre, 2000; Scherre & Naro, 2001).

³ Segundo Rodrigues (1996: 10) as três línguas gerais sul-americanas – a língua geral paulista, a língua geral amazônica e o guarani crioulo – que “se constituíram em condições de contato lingüístico comuns a elas (...) – se distinguem nitidamente daquelas em que se formaram os pidgins e as línguas crioulas”. Continuando,

impressionante, em todas as suas regiões, independentemente de terem tido, ou não, importantes populações de etnia africana.

Diante do exposto como fica no nosso modelo de mudança para o português brasileiro? No Brasil, a língua portuguesa, inicialmente desconhecida, se tornou língua nativa da comunidade, um processo que denominamos de NATIVIZAÇÃO. Na situação típica de aquisição de uma segunda língua, seja por meio de ensino formal ou por meio de processos informais do dia-a-dia, um fator de crucial importância se apresenta ao observador mais desavisado: a presença de uma NORMA. Em outras palavras, há uma forma de falar que é consciente ou inconscientemente perseguida. Aqui o termo ‘norma’ não se refere a um conjunto de regras normativas, a exemplo do suposto ‘bom uso’, mas ao fato de certas estruturas serem usuais, comuns, naturais, normais e outras serem não usuais, raras, estranhas ou inexistentes no uso lingüístico; em síntese, aqui o termo NORMA está se referindo à forma das pessoas dizerem as coisas quando elas estão falando a língua naturalmente. Por exemplo, se algum falante disser ‘I no go’ no contexto do inglês, pode-se dizer que houve um desvio da norma, e que a forma normal ou usual é ‘I don’t go’. Da mesma forma, se alguém falar em português ‘Amo de você’ ou ‘Gosto você’, estas estruturas serão também consideradas como desvios da norma e o normal seria ‘Amo você’ e ‘Gosto de você’. Sob circunstâncias normais de continuidade social o falante, adulto ou criança, que usasse estruturas do tipo ‘I no go’ ou ‘Gosto você’ estaria sujeito a influências do grupo, que o levariam a se expressar conforme a norma natural, um processo que provavelmente não ocorreria com a mesma intensidade sob condições de descontinuidade social, do tipo da pidginização, situação em que o único objetivo importante é a comunicação efetiva e não a comunicação normal.

Durante o processo de nativização de uma língua desconhecida, o que determina se a estrutura da língua transmitida irá ou não ser diferente de seu estágio inicial é a constelação de fatores sociais extralingüísticos, especialmente os efeitos de uma norma, no sentido aqui estabelecido, e a necessidade de comunicação, agindo em direções opostas. São estas forças que determinam se e em que extensão as divergências serão estabilizadas. A força da norma, ou de outros fatores sociais que conduzem à suposta e relativa uniformidade, pode variar de lugar para lugar e de momento para momento conforme o contexto social mais amplo, favorecendo, ou desfavorecendo, a generalização de estruturas previamente existentes ou a entrada de novas estruturas na forma da língua transmitida (ou transplantada). O fator que distingue o tipo de desenvolvimento mais radical encontrado nos casos de pidgins e crioulos,

afirma que “não houve, em nenhum momento, interrupção na transmissão dessas línguas, isto é, não ocorreu mudança de língua (*language shift*) nos descendentes mestiços dos europeus e das índias tupis-guaranis...”. Rodrigues (2000: 1) reafirma que, no Brasil, duas línguas “eram faladas ao longo de quase toda a costa atlântica onde primeiro se estabeleceram os portugueses, o *tupi* no litoral paulista e o *tupinambá* do Rio de Janeiro até a desembocadura do rio Amazonas. Essa situação *sui generis* prevalecente ao longo da costa favoreceu consideravelmente a comunicação dos portugueses com os *tupinambá* e os *tupi* (a língua aprendida em um ponto da costa podia servir em quase todos os outros ao longo desta), mas também desfavoreceu a implantação da língua européia como meio geral de comunicação e não deu ocasião ao surgimento de *pidgins* e crioulos.”

caracterizados por grande diferenciação em relação ao modelo previamente dominante, é existência de mais graus de liberdade na situação social.

A norma lingüística é naturalmente sujeita a enfraquecimento sob condições de formação de uma nova comunidade de fala por causa da ruptura da continuidade social, permitindo mais liberdade na condução das normas existentes. Isto permite e fortalece a expansão da variação já existente, mas refreada pela norma em sua forma mais rígida. No caso específico do português no Brasil, como já vimos, virtualmente todas as estruturas variáveis listadas na literatura de orientação crioulista como sendo exclusivamente brasileiras e atribuídas à crioulistização já estavam presentes na língua trazida de Portugal, mas não codificadas na língua padrão e não usadas em situações de fala de prestígio. No Brasil, estas estruturas variáveis floresceram e se expandiram por causa da ruptura da norma no processo de formação de uma nova comunidade de fala. Esta comunidade, no Brasil inteiro, foi formada (para não dizer forjada) por pessoas de diversas origens – ameríndia, europeia, africana, asiática, etc. – em diferentes proporções ao longo dos eixos geográficos e temporais. Mas o resultado é uma relativa uniformidade lingüística no vasto território brasileiro, especialmente com relação aos fenômenos de concordância variável de número – quer verbal quer nominal, que se regem pelas mesmas variáveis estruturais, em suas grandes oposições, diferenciando-se basicamente na frequência global de uso, especialmente nas comunidades “rurbanas”, tomando emprestado o termo cunhado por Bortoni-Ricardo (1985: 9). Isto é verdade mesmo para comunidades rurais isoladas formadas exclusivamente por imigrantes portugueses, como em Mato Grosso, uma vila de pessoas de cor branca, todas com sobrenomes portugueses, no estado da Bahia, cuja fala contém todas as variantes de outras comunidades isoladas de cor negra, embora não necessariamente nas mesmas frequências (Isensee, 1964; Callou, 1998; Lucchesi, 2000).

Os dados quantitativos e qualitativos que reunimos nos permitem reafirmar que a língua portuguesa que chegou ao Brasil já apresentava todas as características consideradas por alguns estudiosos como de origem crioula. A variação floresceu e se ampliou em larga escala no Brasil, onde novas condições sociais, tais como o multilingüismo generalizado e a aquisição de segunda língua por falantes adultos, deixaram de reforçar as normas que mantiveram a variação dentro de limites mais rígidos em sua terra de origem. O português brasileiro é apenas o português, liberado das amarras de uma norma tradicional de uma comunidade de fala estável e conseqüentemente livre para manter e desenvolver o uso de estruturas e formas de menor prestígio, já existentes nas variedades sociais e geográficas do português europeu que veio para o Brasil com os próprios portugueses.

Parece-nos oportuno lembrar também as tradições lingüísticas de comunicação em situações de contato que os primeiros colonos portugueses trouxeram consigo. Bem antes da chegada dos portugueses ao Brasil, a nação portuguesa já tinha uma longa história de contato com povos que não dominavam a sua língua. Em verdade, do século 8 até o século 11 uma parte do país era ocupada por califatos árabes e a presença dos árabes continuou durante muito tempo depois da saída dos seus governantes. Além disso, durante toda a idade média, os portugueses participavam das chamadas Cruzadas,

o que implicava contato direto com diversos povos da Europa, do Norte da África, e do Oriente Médio. No século 15 chegaram a conquistar diversas cidades no Norte da África, onde estabeleceram verdadeiras colônias, estendidas, mais tarde, à África Ocidental abaixo do Saara.

Pouco se sabe de como os portugueses, que não sabiam o árabe ou outras línguas estrangeiras, se comunicavam com os árabes ou outros povos que não sabiam o português, durante todos estes séculos. Existem referências na literatura da época ao Sabir, que seria um sistema verbal predominantemente de base lexical românica, usado para propósitos de contato, tanto no Oriente Médio como no norte da África. Este Sabir, naturalmente, era um sistema extremamente flexível, podendo comportar itens lexicais de diversas línguas românicas (ou até do árabe). Seus mecanismos sintáticos eram igualmente variáveis de lugar para lugar e de momento para momento. Em termos grosseiros, podemos distinguir o Sabir Ocidental, usado no Mediterrâneo Ocidental e no Norte da África, do Sabir Oriental, usado no Oriente Médio. Das fontes atualmente disponíveis (Naro, 1978: 338-339), sabemos que as duas variantes já tinham, de forma variável, traços típicos de pidgin/crioulo, tais como verbos desprovidos de flexões e pronomes acentuados. Uma forma estereotipada seria *mim falar* em vez de *eu falo*. Parece que na variante oriental se utilizavam em maior grau estes traços pidginizantes.

No início do século 16, época dos primeiros contatos de portugueses com o Brasil, já existia, portanto, em Portugal um tipo de estratégia para comunicação com estrangeiros. O sistema verbal resultante utilizado durante as primeiras explorações navais na África Ocidental era chamado 'língua de preto', mas existem registros de seu uso até com espanhóis. Naro (1978) denomina este sistema de 'língua de reconhecimento' porque foi utilizado como instrumento de comunicação verbal durante as primeiras tentativas de obter informação dos naturais das terras contatadas. Ricamente documentado na literatura da época desde 1516 (com data provável original de 1455), este sistema tinha um amplo leque de traços variantes pidginizantes, incluindo uso variável de flexões verbais e nominais (ver detalhes em Naro, 1978).

Em síntese, apresentamos duas correntes de pensamento, aparentemente em conflito, quanto à natureza e às origens do português brasileiro – origem exclusivamente européia, de um lado, e pidginização/crioulização devido à presença de falantes de línguas africanas ou outras línguas não européias, de outro. O quadro geral traçado por nós é mais condizente com o ponto de vista que se baseia na origem européia, mas também se apóia no efeito catalisador da nativização, ou seja, da aquisição de uma nova língua por uma comunidade de adultos. Nossa conclusão, portanto, é que o português brasileiro é o resultado natural da deriva secular inerente na língua trazida de Portugal, ampliada no Brasil pela exuberância do contato de adultos, falantes de línguas das mais diversas origens, e da nativização desta língua pelas comunidades formadas por estes falantes, em um contexto em que a norma lingüística natural – que permeia as interações – apresentava mais graus de liberdade. Nosso modelo de mudança lingüística para o português brasileiro se sintetiza em CONFLUÊNCIA DE MOTIVAÇÕES. Nossa lente focaliza a natureza dos dados do português europeu que serviram de entrada no período colonial e insiste na idéia de que ainda não se observou um conjunto de estruturas do

português brasileiro cuja origem possa ser relacionada historicamente ao contato entre línguas que marca os primeiros séculos da história sociolingüística do Brasil. O que pode ser relacionado à história sociolingüística do Brasil é a difusão de estruturas e variações, mas não a sua criação.

A história social e lingüística de um povo se escreve com múltiplas mãos, com múltiplas idéias e com múltiplos fatos. Neste sentido, os trabalhos descritivos da dialetologia europeia portuguesa têm desempenhado papel fundamental, auxiliando-nos a identificar com mais precisão as raízes de traços da língua portuguesa que recobrem o solo brasileiro, especialmente as dos traços não-padrão. Não queremos – nem podemos – minimizar nossas origens africanas. Somos todos, inegavelmente, uma síntese da ampla e profunda miscigenação que ocorreu no período colonial. O que de fato queremos é que se atribua o verdadeiro papel a quem de direito. Portanto, convidamos os nossos colegas portugueses a enveredar por um campo de investigação ainda pouco explorado em Portugal: o estudo da língua em uso sob uma perspectiva da sociolingüística variacionista, a fim de que possamos saber que variações hoje brasileiras típicas subsistem em Portugal e quais restrições lingüísticas e sociais as regem, para que se possam tecer com mais precisão modelos de mudança lingüística. Para uma visão sistêmica, é necessário entender as rotas lingüísticas e sociais das duas línguas, com suas multiplicidades e complexidades dialetais. Portanto, repetimos, estudos do uso da língua em seu contexto social em terras europeias se fazem necessários para que possam ser feitas comparações VERDADEIRAMENTE comparáveis: conclusões pertinentes às variedades não-padrão do português brasileiro não podem ser adequadamente estabelecidas tomando-se como referência variedades padrão, em especial a variedade padrão escrita literária, como tem sido feito, a nosso ver equivocadamente, pela literatura crioulística americana, nos termos de Holm (1992: 37).

Referências Bibliográficas

- ALUAREZ, Francisco. (1540) *O Preste Joam das Indias*. Luis Rodrigues (fotocópia)
- ALVES, Joana Lopes. (1993) *A linguagem dos pescadores de Ericeira*. Lisboa: Junta Distrital de Lisboa.
- BAPTISTA, Cândida da Saudade. (1967) *O falar de Escusa*. Faculdade de Letras. Dissertação em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- BAXTER, Alan N. & Dante Lucchesi. (1997) A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia. (n.º especial), pp. 65-83.
- BOOSCO Deleytoso: com privilegio del Rey Nosso señor. Lisboa, Hernam Campos, 1551. (fotocópia)
- BORTONI-Ricardo, Stella Maris. (1985) *The urbanization of rural dialect speakers – A sociolinguistic study in Brazil*. New York, Cambridge University Press.
- BRAGA, Franklim Costa. (1971) *Quadrázais – Etonografia e linguagem*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.

- CALLOU, Dinah Maria Isensee. (1998) Um estudo em tempo real em dialeto rural brasileiro: questões morfossintáticas. In: GroBe, Sybille & Klaus Zimmermann. (eds.) <<Substandard>> e mudança no português do Brasil. Frankfurt am Main, TFM. pp. 255-272.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Cronica geral de Espanha de 1344: edição crítica*. (1954) Lisboa, Academia portuguesa de história.
- COELHO, Adolfo F. (1967) Os dialectos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América. *Estudos linguísticos crioulos*. Reedição de artigos publicados no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Academia Internacional de Cultura Portuguesa, pp. 1-234.
- CRUZ, Maria Luisa Segura da. (1991) *O falar de Odeleite*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Barbosa & Xavier, Limitada. Série: Linguística – 16.
- FERREIRA, José de Azevedo. *Alphonse X, Primeira Partida: Édition et Étude*. (1980) Braga, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- GUY, Gregory R. (1989) On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, pp. 226-244.
- HOLM, John. (1992) Vernacular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In: D'andrade, E. & A. Kihm (eds.) *Actas do Colóquio sobre "crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Colibri, pp. 37-66
- ISENSEE, Dinah Maria. (1964) *O falar de Mato Grosso (Bahia): fonêmica – aspectos da morfo-sintaxe e do léxico*. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB.
- JOAQUIM Delgado, Manuel. (1983) *A linguagem popular do baixo alentejo e o dialeto barranquenho (Estudo etnofilológico)*. Edição da Assembleia distrital de Beja.
- LOPES, Fernão. (1968) *Cronica del Rei Dom João I*. Arquivo histórico português, 1915. Vol. II, William J. Entwistle (ed.). Lisboa, Imprensa Nacional.
- LUCCHESI, Dante. (2000) *A variação da concordância de gênero em uma comunidade de fala afrobrasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: UFRJ.
- MAGNE, S. J., Augusto. (1955/1970) *A demanda do Santo Graal: reprodução facsimilar e transcrição crítica*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- MARQUES, Maria Casimira Almeida. (1968) *O falar da AZOIA*. Dissertação em Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- MATTOS e Silva, Rosa Virgínia. (1971) *Quatro livros dos diálogos de São Gregório: leitura crítica*. Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado. inédito.
- MIRA Mateus, M. H. (1970) *Vida e Feitos de Júlio César: edição crítica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MIRA, Maria Helena Farmhouse da Graça. (1954) *Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa*. Dissertação em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.

- MOURA, Constança da Silva Pires. (1960) *FAIA, aldeia do concelho de Sernacelhe – Etnografia, Linguagem e Folclore*. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- NARO, Anthony J. (1978) A study on the origins of pidginization'. *Language*, 54, pp. 314-347.
- NARO, Anthony J. (1981) The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*, 57, pp. 63-98.
- NARO, Anthony J. & Scherre, Maria Marta Pereira. (1993) Sobre as origens do português popular do Brasil. *DELTA*. São Paulo: Educ, 9 (nº Especial), pp. 437-454.
- NARO, Anthony J. & Scherre, Maria Marta Pereira. (1996) Disfluencies in the analysis of speech data. *Language variation and change* 8, pp. 1-12.
- NARO, Anthony J. & Scherre, Maria Marta Pereira. (2000) Variable Concord in Portuguese: the situation in Brazil and Portugal. In: McWhorter. John. (ed.) *Language change and language contact in pidgins and creoles*. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia. pp.235-255.
- PEIXOTO, Maria Ermelinda. (1968) *Germil – Notas etnográficas e linguagem*. Dissertação em Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- RAND, David & Sankoff, David. (1990) *GoldVarb version 2: a variable rule application for the Macintosh*. Montréal: Centre de recherches mathématiques, Université de Montréal.
- RATINHO, Maria Filipe Mariano. (1959) *Monte Gordo – Estudo etnográfico e linguístico*. Dissertação para Licenciatura em Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, Aryon D. (1996) As línguas gerais sul-americanas. *Papia*, 4:6-18.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. (2000). *As outras línguas da colonização do Brasil*. Inédito.
- SARAMAGA Delgado, Maria Carolina. (1970) *O falar de Baleizão*. Dissertação de Licenciatura de Filologia Românica, Universidade de Lisboa.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira & Naro, Anthony J. (2001) *Passado e presente na concordância de número em português: evidências do português europeu moderno*. Inédito (Texto enviado para publicação pelos organizadores do II EDiP. São Paulo, UNESP, Campus de Araraquara)
- SILVA Pereira, Maria Palmira da. (1951) *FAFE – Contribuição para o estudo da linguagem, etnografia e folclore do Concelho*. *Revista Portuguesa de Filologia*. Casa do Castelo: Editora Coimbra. vol. IV.